


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, 1998, Térreo - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq1cv@tjsp.jus.br

Processo nº: **1002796-06.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **Fabiana Cristina Pereira de Moraes**
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

Justiça Gratuita

DECISÃO / SENTENÇA

Vistos

FABIANA CRISTINA PEREIRA DE MORAES, qualificada na inicial, ajuizou a presente **AÇÃO DE COBRANÇA** contra a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, também qualificada, aduzindo na inicial, em síntese, que: a) em razão de acidente automobilístico, a autora se viu acometida de incapacidade laborativa para exercer sua atividade laborativa; b) faz jus ao recebimento da indenização do seguro DPVAT; c) requer a procedência do pedido.

Regularmente citada, a requerida ofereceu contestação (fls. 116/143).

Houve réplica (fls. 170/176).

Proferida decisão declaratória de saneamento (fls. 182/183), foi realizada prova pericial (fls. 212/220).

É o breve relato do necessário.

Fundamento e decido.

Consoante o laudo pericial, o acidente automobilístico sofrido pela autora não lhe causou sequelas que representam perda da capacidade

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

1ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, 1998, Térreo - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq1cv@tjsp.jus.br

laborativa (fls. 217).

Dessarte, a causa de pedir delineada na inicial, que está assentada na alegada existência de invalidez permanente (fls. 03), não se mostrou presente, circunstância que acarreta a improcedência do pedido.

Por derradeiro, alinhe-se que este Juízo vem estimando a indenização securitária segundo os ditames da Súmula nº 474 do C. Superior Tribunal de Justiça: "*A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma **proporcional ao grau de invalidez.***"

Logo, apenas tomando como parâmetro a atividade laborativa do segurado é que se poderá aferir o grau de invalidez, vale dizer, o percentual correspondente ao comprometimento da força de trabalho.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido deduzido na inicial. Indevidas as custas, despesas processuais em razão da gratuidade de Justiça, arcará a autora com os honorários advocatícios que fixo em 10% do valor atualizado da causa, observada a garantia prevista no artigo 98, § 3º do Código de Processo Civil.

P.I.

Araraquara, 30 de setembro de 2018.

João Battaues Neto

Juiz de Direito

(assinatura eletrônica)